ALEXANDRE ALVES COSTA
DA CIDADE AO TERRITÓRIO. PATRIMÓNIO

ÁLVARO DOMINGUES
PATRIMÓNIO TERRITORIAL? QUAL?

WALTER ROSSA
O RESTO NÃO É PAISAGEM, MAS SIM O TODO

ELISA PÉREZ BABO
PATRIMÓNIO CULTURAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

IPP

REVISTA PATRIMÓNIO
NÚMERO SETE
NOV. 2020
15€

JOANA LEANDRO VASCONCELOS
O PROJETO DE REABILITAÇÃO DA CASA ANTÓNIO PATRÍCIO, PORTO

SARA BARRIGA BRIGHENTI
MUSEUS PARA UM FUTURO JÁ PRESENTE

DAVID FERREIRA
A CERTIFICAÇÃO DOS ITINERÁRIOS DO CAMINHO DE SANTIAGO

ANA ALCOFORADO
CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL: A ARTE COMO POSSIBILIDADE...

Índice

caderno

6
Da cidade ao território. Património
Alexandre Alves Costa

14
Património territorial? Qual?
Álvaro Domingues

22
O resto não é paisagem, mas sim o todo
Walter Rossa

30
Património cultural e estratégias de desenvolvimento local: evolução em Portugal
Elisa Pérez Babo

38
Património, cidade e arquitetura: desígnios contemporâneos
Teresa Cunha Ferreira
José Aguiar

46
Dégradés pós-industriais no Porto Oriental — upgrades, degradações, reconversões, demolições e outras soluções
Inês Moreira

56
Museus que (re)constroem paisagens
Helena Barranha

66
Património Mundial, centros históricos e paisagens culturais: uma reflexão sobre os impactos das inscrições de bens na Lista do Património Mundial nas cidades e no território
Nuno Ribeiro Lopes

72
Paisagem, património cultural e ordenamento e gestão do território
Rita Theriaga Gonçalves

80
Arqueologia e museus, reabilitação e território: o caso de Mértola
Santiago Macias

pensamento

88
Un aroma de nuestro tiempo
Celestino Garcia Braña

94
A fotografia dos monumentos em Portugal (1850-1940)
Jorge Custódio
Pedro Aboim

projeto

106
Centro Interpretativo do Vale do Tua: exercício de memória
Susana Rosmaninho
Pedro Azevedo

114
Palácio Nacional de Mafra: Intervenção de reabilitação dos carrilhões e torres sineiras
Luís Marreiros

122
O projeto de reabilitação da Casa António Patrício, Porto
Joana Leandro Vasconcelos

130
Projeto de reabilitação do edifício da Cerâmica Antiga de Coimbra
Luisa Bebiano

138
O restauro da Sala D. João IV do Palácio Nacional da Ajuda
Ana Sofia Lopes
José Alberto Ribeiro

opinião

146
Museus para um futuro já presente
Sara Barriga Brighenti

sociedade

154
Lojas com história
Deolinda Folgado

162
With a little help from my friends
Gonçalo Cadilhe

172
A certificação dos itinerários do Caminho de Santiago
David Ferreira

182
Caminhos para a inclusão social: a arte como possibilidade...
Ana Alcoforado

acontece

190

abstracts

207

N.º 7 — NOV. 2020

Diretor-Geral do Património Cultural
Bernardo Alabaça

Produção editorial
Direção-Geral do Património Cultural — Divisão de Comunicação e Informática

Diretor
Manuel Lacerda

Apoio Editorial
António Faria

Tradução/Abstracts
Cíntia Sousa

Colaboraram neste número
Alexandre Alves Costa
Ana Alcoforado
Álvaro Domingues
Celestino Garcia Braña
David Ferreira
Deolinda Folgado
Elisa Pérez Babo
Gonçalo Cadilhe
Helena Barranha
Inês Moreira
Joana Leandro Vasconcelos
Jorge Custódio
José Aguiar
José Alberto Ribeiro
Luis Marreiros
Luisa Bebiano
Nuno Ribeiro Lopes
Pedro Aboim
Pedro Azevedo
Rita Theriaga Gonçalves
Santiago Macias
Sara Barriga Brighenti
Susana Rosmaninho
Teresa Cunha Ferreira
Walter Rossa

Colaboraram na secção Acontece
Ana Alcoforado (AA), DGPC/MNMC
Ana Catarina Parada (ACP), DGPC/DCI
Ana Cristina Araújo (ACA), DGPC/DEPOF-LARC
Ana Maria Costa (AMC), DGPC/DEPOF-LARC
Ana Pagará (AP), DGPC/MA
Ângelo Silveira (AS), DGPC/DEPOF
António Faria (AF), DGPC/DCI
Carla Lopes (CL), DGPC/DCI
Clara Camacho (CC), DGPC
Dalila Rodrigues (DR), DGPC/MJ-TB
Deolinda Folgado (DF), DGPC
Fátima Roque (FR), DGPC/MNAC
Graça Mendes Pinto (GMP), DGPC/MNM
Irina Duarte (ID), DGPC/MNAA
Isabel Yglesias (IY), DGPC/PNM
Isabel Melo (IM), DGPC/PN
João Pedro Monteiro (JPM), DGPC/MNA
Jorge Alves (JA), DGPC/DCI
José António Gonçalves (JAG), DGPC/DBC-CNANS
José Silva Ruivo (JSR), DGPC/MC-MN
Lúcia Saldanha (LS), DGPC/MNAC
Manuel Lacerda (ML), DGPC/DCI
Margarida Donas Botto (MDB), DGPC/DCI
Maria Fernandes (MF), DGPC/DEPOF
Miguel Martins (MM), DGPC/DBC
Miguel Soromenho (MS), DGPC/MNAA
Odete Paiva (OP), DGPC/MNGV
Paula Noé (PN), DGPC/DAIB-FS
Paula Tereno (PT), DGPC/DAIB-FS
Paulo Costa (PC), DGPC/MNE
Pedro Barros (PB), DGPC/DBC-CNANS
Rita Guimarães (RG), DGPC/DPIMI
Silvana Bessone (SB), DGPC/MNC
Susana Medina (SM), DGPC/DBC
Teresa Abreu (TA), DGPC/MNC
Teresa Albino (TA), DGPC
Teresa Mourão (TM), DGPC/DMC
Vasco Branco (VB), DGPC/MNAA

Design gráfico
Jorge Silva/Silvadesigners

Revisão de texto
Maria José Godinho

Pré-impressão e impressão
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Distribuição
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Edição
Direção-Geral do Património Cultural
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

ISSN
2182-9330

Depósito legal n.º
365 161/13

N.º de edição
1024245

RP — Revista Património
Publicação da DGPC — Direção-Geral do Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa
Tel: +351 213614336
Fax: +351 213628472
Email: dgpc@dgpc.pt
www.patrimoniocultural.gov.pt

Os artigos da RP — Revista Património são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores, e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da direção da publicação ou da DGPC.

© RP/DGPC
© Textos e imagens DGPC e respetivos autores

Imagens de capa e contracapa retiradas dos artigos constantes desta edição da Revista.

Imprensa Nacional
é a marca editorial da INCM

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.imprensanacional.pt
www.incm.pt
www.facebook.com/ImprensaNacional
editorial.apoiocliente@incm.pt

património, cidade e território

Da cidade ao território. Património[1]

Alexandre Alves Costa
Arquiteto e Professor Catedrático Emérito da
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Bem ou mal, têm sido os arquitetos os agentes principais no tratamento e transformação dos bens patrimoniais e a contribuição fundamental que têm dado, parece nem aos próprios aproveitar na consolidação teórica e conceptual que se impõe trazer à superfície.
Bastará, pois, de discursos genéricos de «boas intenções», tantas vezes associados a uma atitude muito alargada de resistência à mudança e de desconforto perante ela. Estamos do outro lado do conservadorismo latente de tantas vozes «patrimonialistas» que não vemos na linha da frente da indignação com a especulação desenfreada e menos, ainda, com o sistema económico que a favorece.
As ruínas podem ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Defenderemos a memória sagrada dos lugares, dando-lhes nova vida, tentando evitar, com igual entusiasmo, a má qualidade da arquitetura construída fora das áreas de proteção patrimonial.

Plan Voisin, desenho de Le Corbusier,
***L'Urbanisme des trois établissements humains*,**
p. 173, Éditions de Minuit, 1959.

Palavras introdutórias

Não sinto um nexo evidente no meu próprio pensamento, sempre interrogativo e contraditório, nas infindáveis tentativas de transmitir, sintetizando, algumas reflexões que me afastem resolutamente da História da Arquitetura ou das ambiguidades do atual debate sobre o património edificado, e nos possibilite relacionar as práticas teóricas, com as históricas e com as arquitetónicas.

Tenho a maior convicção de que acreditar que se pode limitar um espaço de análise e de articulação interna de qualquer disciplina, incluindo a arquitetura, à margem das correntes de pensamento contemporâneo, constitui um puro engano, um posicionamento defensivo que o exclui do universo da cultura.

O que é mais extraordinário é sentirmos, nós arquitetos, um certo comprazimento naquela pretensiosa autoexclusão. Tentaremos neste texto um diferente posicionamento, procurando sair do território académico do conhecimento consolidado.

Teoria e prática

A arquitetura moderna articulou-se, por um lado, a partir do paradigma da racionalidade técnica e, por outro, da expressão dos sentimentos e emoções do arquiteto como intérprete dos desejos e esperanças da sociedade. A teoria da arquitetura adotava referentes e paradigmas procedentes da teoria social e a história passava para um plano secundário, sem deixar de estar presente como relato especializado que reforçava o discurso técnico e psicológico.

Esta ligação da história à teoria da arquitetura garantia credibilidade e conveniência aos princípios psicológico-técnicos sobre os quais se elaborava a atividade projetual da época.

Com origem em muitas instâncias, o otimismo que dava razão de ser ao paradigma tecnológico entra em crise nos anos cinquenta. Em nome da fenomenologia, do humanismo, da antropologia e da história crítica, assistimos ao desmonte do edifício racional-técnico-social que estruturava a chamada arquitetura moderna e, por extensão, toda a modernidade.

A história encontrava o caminho expedito para ocupar um lugar central na fundamentação teórica da arquitetura. Um novo paradigma, agora sim, histórico, constituirá o fundamento teórico da arquitetura durante mais de 20 anos.

A cultura arquitetónica ocidental preparou-se para viver um verdadeiro neo-historicismo, com evidentes diferenças em relação ao que chamámos historicismo do final do século XIX. Era o «passado como amigo», segundo uma famosa expressão do arquiteto italiano Ernesto Rogers.

Sem querer ou poder aprofundar demasiado estas ideias, terei de salientar que duas grandes correntes disputaram a hegemonia do discurso teórico desse tempo.

De um lado o estruturalismo formalista, com nomes como Panofsky ou Wittkower que entre outros serão os referentes de uma historiografia em que o eterno retorno das estruturas formais tenderá a oferecer instrumentos de descodificação do presente em permanente analogia estrutural do passado.

De outro lado, a história crítica de raiz hegeliana que se desenvolve a partir do neo-historicismo de Gyorgy Lukács e do materialismo dialético.

O novo formalismo daria lugar, em paralelo, ao discurso da autonomia disciplinar. A habitual dependência da teoria da arquitetura dos paradigmas teóricos das ciências físico-matemáticas, sociais e psicológicas cede lugar à fundamentação histórico-formal da arquitetura entendida como autónoma e independente, o que não significa que não possa comparar-

Ribeira de Pena — Capela-casa-celeiro.
Álvaro Domingues, 2019.

Património territorial? Qual?

Álvaro Domingues
Geógrafo. Professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

O resto não é paisagem, mas sim o todo

Walter Rossa
Departamento de Arquitetura e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa

Com foco no panorama português, este ensaio é uma reflexão sobre os conceitos centrais e os principais riscos que pendem sobre o património cultural urbanístico. Recorrendo operativamente ao conceito de paisagem, a abordagem destaca a especificidade que esse património tem, até em relação ao património urbano, designadamente pela sua matriz viva e evolutiva, o que constitui simultaneamente o seu principal valor e a sua maior debilidade. Complementarmente, sumaria-se a forma como na última década o quadro legal português cancelou a única forma de salvaguarda do património urbanístico, ou seja, os respetivos processos de planeamento. Por último sintetiza-se um método baseado no conceito de invariante que, uma vez restabelecido o desígnio de planear a salvaguarda em desenvolvimento, poderá ser uma sólida base de trabalho para os roteiros desses tão imprescindíveis processos de planeamento.

↖
Atenas. Walter Rossa, julho 2014.

Ver e abranger

Não será novidade para ninguém o facto de a cidade ser o mais complexo e expressivo artefacto humano. Também, que o ordenamento do território é a expressão espacial de todas as políticas. Ainda, que a cidade e o território são ecossistemas onde o homem é o principal (re)agente. São três constatações convergentes, mas não coincidentes, até porque os âmbitos espaciais são diversos. Invoco-as na abertura deste texto, porque conduzem a algo que lhe é fundamental para a clarificação da reflexão sobre a dimensão urbanística do património cultural: o imaginário que cada um de nós tem da identidade cultural de cada comunidade integra imagens idealizadas, mas vivas, dos seus espaços. Por outras palavras, construímos esses imaginários sobre grupos sociais associados a locais, com base no que vamos retendo sobre a sua relação com o espaço que habitam e transformam quotidianamente, ou seja, as suas paisagens.

Fazemo-lo sem segmentar o espaço, sem recortar o urbano do suburbano, do natural, do céu, dos interiores; chegamos a incluir o subterrâneo e saltamos de escala e de ponto de vista, colocando-nos facilmente em alguns que foram monopólio de pássaros e deuses. Estimulados por detalhes, estabelecemos, quase automaticamente, relações entre paisagens diversas, fazendo do que vemos um hipertexto (hiperdesenho, hiperpaisagem?) que nos vai levando de imaginário em imaginário, cuja riqueza e precisão apenas depende da nossa cultura, memória e inteligência. Em suma, as paisagens, que, quando há séculos emergiu o conceito, eram estáticas, hoje são percecionadas como vivas, até fluidas. Ao invés da abstração que são o território e as suas representações codificadas, as paisagens são perceções imagéticas individuais da realidade.

As paisagens naturais, urbanas ou qualquer outra coisa mais específica, são, em todos os casos, sempre humanas. Humanas não só porque já não haverá recanto do planeta que não tenha sido afetado pela ação humana (vivemos no Antropoceno), mas também porque, por maioria de razão, a Humanidade integra ativamente as paisagens, não é uma espectadora. No limite pode até considerar-se, como em tudo, que só de olhar e ver já estamos a transformar. Em suma, não retratamos ou descrevemos paisagens como algo que nos é externo, vivemos nelas de forma ativa, com maior intensidade ou consciência nas áreas urbanas ditas consolidadas, mas também nas ditas periferias, na dita natureza e nas vias de comunicação em que pendulamos entre tudo isso. São, recuperemo-lo do início, o nosso ecossistema.

Sendo a paisagem o resultado da ação e perceção humanas contínuas sobre o território, a sua ontologia é, sem vazios, intrinsecamente cultural. Por alguma razão se assiste hoje ao debate sobre o não senso da compartimentação feita pela UNESCO entre as categorias paisagem cultural e paisagem natural, o que só se acentuou com a introdução em 2011 do conceito de paisagem urbana histórica. Não são todas culturais? Não têm todas passado suscetível de abordagem histórica? Aproveitando parte da encomenda para este texto «quando o universo do património cultural se expande para tendencialmente abarcar tudo o que se relaciona com as identidades, com a sua manutenção e reconstrução, com todas as memórias coletivas consubstanciadas material ou imaterialmente», que sentido faz segmentar o conceito

Património cultural e estratégias de desenvolvimento local: evolução em Portugal

Elisa Pérez Babo
Economista, Quaternaire Portugal, SA
elisababo@gmail.com

Tapeçaria de Portalegre (pormenor).
Francisco Antunes, 2019.

Em Portugal, a abordagem mais estruturada no seio dos processos locais de planeamento estratégico referente aos programas ou projetos de intervenção pública no património cultural e na cultura tem feito um percurso que, em parte, acompanha oportunidades que os municípios têm explorado no contexto internacional. A UNESCO e a Comissão Europeia, através de iniciativas orientadas para o património cultural e para a cultura (Lista do Património Mundial, Rede de Cidades Criativas e Capitais Europeias da Cultura), surgem como impulsionadores significativos da evolução conceptual, metodológica e política assumida pelas autarquias locais nas últimas décadas.
O artigo propõe-se evidenciar, de forma sucinta, vários aspetos da evolução das estratégias, locais ou regionais, que reconhecem e atribuem à cultura e ao património cultural um espaço e um papel motor do desenvolvimento sustentável.

Património, cidade e arquitetura: desígnios contemporâneos

Teresa Cunha Ferreira
Arquiteta, CEAU, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

José Aguiar
Arquiteto, CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

→
Casa de Chá e Restaurante da Boa Nova, Leça da Palmeira, depois das obras.
Frederico Barbosa, 2019.

Perante a globalização, o património (enquanto suporte de identidade e memória) tornou-se tanto conforto e refúgio, como ato de consumo. Neste artigo, entendemos o património no sentido lato, prospetivo e contemporâneo do termo — e em estreita relação com as comunidades e os recursos territoriais —, superando abordagens narcísicas, fetichistas ou nostálgicas[1] de exaltação de objetos icónicos e encerrados sobre si mesmos (cenários de consumo ou parques temáticos[2]). Sem pretensão de criar receitas sobre a intervenção contemporânea no construído, apresentam-se algumas notas sobre conceitos, metodologias e práticas de projeto no património arquitetónico e urbano.

Património arquitetónico e projeto

O património cultural é um desígnio e uma oportunidade, mas também um problema: na era da globalização e do auge de uma economia neoliberal explodiu o consumo de património[3], e este tornou-se muito apetecível para novas indústrias dependentes do turismo massificado e de um mercado imobiliário implacável. A satisfação do lucro rápido exige intervenções imediatistas, que tendem a reduzir a densidade narrativa das edificações, apagando irremediavelmente a autenticidade, a integridade e a multiplicidade de valores patrimoniais, ao mesmo tempo que faz ressurgir fenómenos de segregação social — o fim do direito à cidade que julgávamos garantido na nossa democracia —, tudo isto com uma rapidez e amplitude inéditas.

A atenção à recuperação de valores do passado é um processo intrínseco às práticas da Arquitetura ao longo de séculos, acompanhada pelo pensamento de tantas disciplinas que construíram a nossa modernidade. A partir do século XIX, intensificou-se o debate e a teorização sobre a intervenção em preexistências, a par com o alargamento do conceito de valor do património, evoluindo do «monumento histórico», enquanto peça isolada, para os conjuntos urbanos e sítios, e depois, progressivamente, para as paisagens culturais, o património vernacular, industrial, moderno, até às tradições e saberes...

Se a teorização sobre a intervenção em preexistências foi marcada nos séculos passados por posições doutrinárias e prescritivas — do «restauro-repristinação» à mais estrita «conservação-manutenção» —, hoje recusa-se a imposição de estreitas visões normativas ou predeterminadas, defendendo-se a especificidade «de cada circunstância nunca generalizável»[4] e a importância de um rigoroso conhecimento da preexistência, suportado numa metodologia própria da disciplina da Arquitetura cruzando, através de sínteses produzidas pelo desenho, vários tipos de fontes (textuais, fotográficas, iconográficas e levantamentos), analisadas em permanente

Pastiche. Desenho a caneta.
Patrícia Azevedo Santos, 2020.

Dégradés pós-industriais no Porto Oriental — *upgrades*, degradações, reconversões, demolições e outras soluções

Inês Moreira
Arquiteta e investigadora em Pós-Doutoramento na NOVA/FCSH.
Coordenadora do Cluster «Curating the Contemporary: on Architectures, Territories and Networks»
inexmoreira@gmail.com

Museus que (re)constroem paisagens

Helena Barranha
Professora auxiliar no Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa. Investigadora no Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
helenabarranha@tecnico.ulisboa.pt

Historicamente, em Portugal, a arquitetura de museus sempre esteve ligada à reabilitação de património. Contudo, os processos de apropriação de estruturas preexistentes evoluíram no tempo, à medida que o próprio conceito de património se alterou e expandiu. Novas tipologias, novos enquadramentos e novas funções levaram, assim, a outros projetos. Depois de um período marcado por grandes campanhas de obras em alguns dos principais museus nacionais, na viragem para o século XXI assistiu-se a uma maior amplitude patrimonial e geográfica das intervenções, o que criou novos pontos de referência no território. Em muitos casos, o programa e a proposta arquitetónica convergiram para o tema da paisagem, redesenhando lugares que são hoje sinalizados e, também, reinterpretados por cartografias digitais.

Museu da Luz, Aldeia da Luz, Mourão.
Pedro Pacheco e Marie Clément, 1998-2003.
Fernando Guerra | FG+SG, 2007.

Património Mundial, centros históricos e paisagens culturais: uma reflexão sobre os impactos das inscrições de bens na Lista do Património Mundial nas cidades e no território

Nuno Ribeiro Lopes
Arquiteto

Praça do Comércio, Lisboa. Pedro Jarnac, 2016.

Porto. André Carvalho, 2014.

Paisagem, património cultural e ordenamento e gestão do território

Rita Theriaga Gonçalves
Arquiteta Paisagista
Departamento de Bens Culturais – DGPC

←
Alto Douro Vinhateiro. André Carvalho, 2014.

O presente texto pretende fazer uma revisão sobre os significados de paisagem, património paisagístico, paisagem cultural e valores culturais e da sua aplicação no contexto da legislação do ordenamento de território e planeamento e da legislação do património cultural. Pretende-se ainda refletir nos efeitos e procedimentos resultantes da aplicação prática das respetivas legislações na paisagem, e particularmente no valor cultural das paisagens.

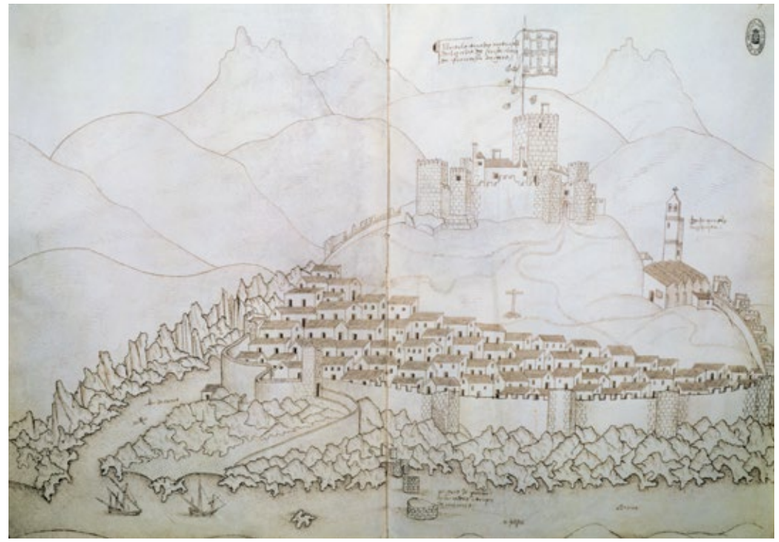
Arqueologia e museus, reabilitação e território: o caso de Mértola

Santiago Macias
Campo Arqueológico de Mértola

Projeto iniciado há já mais de quatro décadas, Mértola continua a constituir um exemplo emblemático de uma procura de caminhos alternativos para o desenvolvimento. Torna-se hoje claro que a arqueologia, por si só, não é a chave do desenvolvimento. Tal como se foi tornando evidente que projetos como este são indispensáveis ao desenvolvimento e podem alterar, para sempre, as perspetivas futuras de um sítio. De forma nem sempre quantificável, mas com impactos que vão além dos trabalhos de escavação em si. Na recusa de uma arqueologia «colonial» se fez o projeto de Mértola. Teve início em 1978 num Alentejo muito diferente do atual. Continuar o caminho, numa senda estreita, é o desafio. Ontem como hoje.

←
O bairro islâmico da alcáçova.
Santiago Macias, 2004.

→
Mértola no desenho de Duarte Darmas (início do século XVI). — ANTT.



Ouvi dizer, há muitos anos, a Miquel Barceló (1939-2013) que a arqueologia dos espaços agrários não interessava ao Poder, porque o Poder ocupa os sítios urbanos. A explicação dada é parcialmente verdadeira. Ao poder instalado nos seus centros privilegiados interessa o que lhe está próximo e o legitima. São raros os projetos de investigação que vão além desse marco espacial e que se constituem como programas continuados, com uma visão integrada e pluridisciplinar do(s) território(s). Claro está que, no momento de arranque, todos se apresentam sob essa capa. A breve trecho, a força centrífuga dos centros urbanos (quase) tudo absorve. São raras as exceções, constituindo no sul o exemplo das Mesas do Castelinho o caso mais invulgar e que resultou de uma pouco comum conjugação de esforços.

Mértola não foi exceção a esta fuga ao campo. E, neste caso, não necessariamente por más razões. Mas a verdade é que a arqueologia em Mértola se centrou, quase de forma obrigatória, numa vila que foi porto, local de chegada e de partida de riquezas e de aventureiros de todos os géneros. As minas em redor do sítio foram a matriz de quase tudo. Enquanto o que o ventre da terra guardava dentro de si foi sendo explorado e transacionado, Mértola floresceu. Quando essa riqueza se esgotou, a terra mergulhou na pobreza e na luta pela sobrevivência. Por isso, Leite de Vasconcelos podia escrever, em finais do século XIX: «Mértola está hoje muito decaída do esplendor d'outr'ora, e só pela sua posição topográfica, entre a Betica e a Lusitania, na margem do Anas, e a pouca distancia da foz, se explica esse esplendor, porquanto é terra arida, coberta de lousas tristes, e nua de arvoredo. Todavia passaram ali todas ou quasi todas as civilizações da nossa terra. [...] Alem das investigações que Estácio da Veiga empreendeu, e das poucas coisas que fiz ate agora, é necessário prosseguir com muito afan no estudo da antiga Mértola, para esta se poder conhecer mais miudamente: há ainda muita cousa enterrada, que é conveniente trazer á luz.» As palavras de Leite de Vasconcelos parecem proféticas. Mas a profecia tardaria décadas a tornar-se realidade.

Ao longo do século XX foram-se realizando alguns estudos sobre Mértola. Uma tese de licenciatura, a de Luís Delgado Alves, com o título «Aspectos da arqueologia em Myrtilis», foi publicada no mesmo ano em que foi apresentada à academia coimbrã. Foi dada à estampa no «Arquivo de Beja», em 1956. Temas dispersos foram sendo abordados por arquitetos e arqueólogos. A revista *Madrider Mitteilungen* acolheu duas importantes publicações. A de Christian Ewert (1935-2006), no n.º 14, em 1973 (traduzida no n.º 9 dos *Cuadernos de la Alhambra*) sobre a mesquita de Mértola. A de Fernando de Almeida (1903-1979), no nº. 17, em 1976, sobre as ruínas da chamada ponte romana de Mértola.

O 25 de Abril já tinha acontecido, mas foi preciso esperar algum tempo para que, na ressaca pós-revolucionária, projetos alternativos, e fortemente ligados à terra, surgissem. Foi o caso do projeto de Mértola, cujas origens são bem conhecidas, e nas quais não vale a pena entrar, em termos de detalhe.

O distrito de Beja do final dos anos 70 era um território ainda profundamente ligado à agricultura. Muitas famílias viviam da (e para a) terra. A realidade demográfica tinha contrastes marcantes com a realidade atual. O concelho passou de 14 385 habitantes em 1970 para 7274 em 2011. Uma sangria acentuada pelo envelhecimento da população. Em 1970, os habitantes com mais de 65 anos eram 14,9% do total. Esse número disparou para 34,5% em 2011. Ao invés, a percentagem de jovens caiu abruptamente. Os menores de 14 anos passaram de 21,7% para 9,1%. O problema é, pois, e antes de mais, de ordem demográfica. E de opções políticas que escapam ao controlo, e à capacidade de intervenção, do Poder Local.

Nada disto se previa quando o projeto de Mértola arrancou.

Un aroma de nuestro tiempo[1]

Celestino Garcia Braña
Presidente del DOCOMOMO Ibérico

Constatar el aumento indiscriminado de lugares en los que se muestran todo tipo de vestigios procedentes del pasado, es el punto de partida de una reflexión que se inicia con la identificación de las causas que pudieran estar en el origen de aquel fenómeno y ha de continuar con un esfuerzo permanente para comprender la idiosincrasia de lo rememorativo. Frente a la indiscriminada proliferación de lo museístico, se aboga por establecer redes que articulen objetivos comunes que superen la desagregación y las visiones parceladas que, a la postre, resultan derrochadoras de medios y voluntades. Todo ello podría concretarse en lo que, aquí, se entiende por Museos del Territorio. Se trataría de concitar entusiásticos esfuerzos colectivos que tengan presente el doble filo de la memoria, conscientes de lo que se quiere recordar y, simultáneamente, de lo que se está dispuesta a olvidar.

←
Marvão, Alentejo.
RCL — Rui Cunha, TdP.

El desbordado culto a la memoria

Si como se ha dicho y repetido, los valores culturales que provienen del pasado dependen, muy fundamentalmente, de la mirada que cada presente proyecta sobre ellos, comprender las características de nuestra contemporaneidad se hace indispensable para desarrollar las estrategias de protección del patrimonio. Los argumentos de los que partir no responderán a un supuesto abstracto y racional raciocinio, sino que siempre estarán impregnados de lo que se puede considerar «el aroma de nuestro tiempo», que envuelve de modo inexorable todo lo que en su interior ocurre.

Y parte de aquel «aroma» tiene que ver, en Europa, con un desbocado culto a la memoria iniciado hace poco más de 40-50 años y parece crecer desbocadamente. Significados autores han reflexionado acerca de este afán «conservador» y «memorístico» que forma parte, sintomatológica, de nuestros días. Recordamos a Andreas Huyssen que ha escrito:

«Uno de los fenómenos culturales y políticos más sorprendentes de los últimos años es el surgimiento de la memoria como preocupación central de la cultura y de la política de las sociedades occidentales, un giro hacia el pasado que contrasta de manera notable con la tendencia a privilegiar el futuro, tan característica de las primeras décadas de la modernidad del siglo xx.»[2]

También F. Choay ha llamado la atención hacia este síndrome de nuestro tiempo:

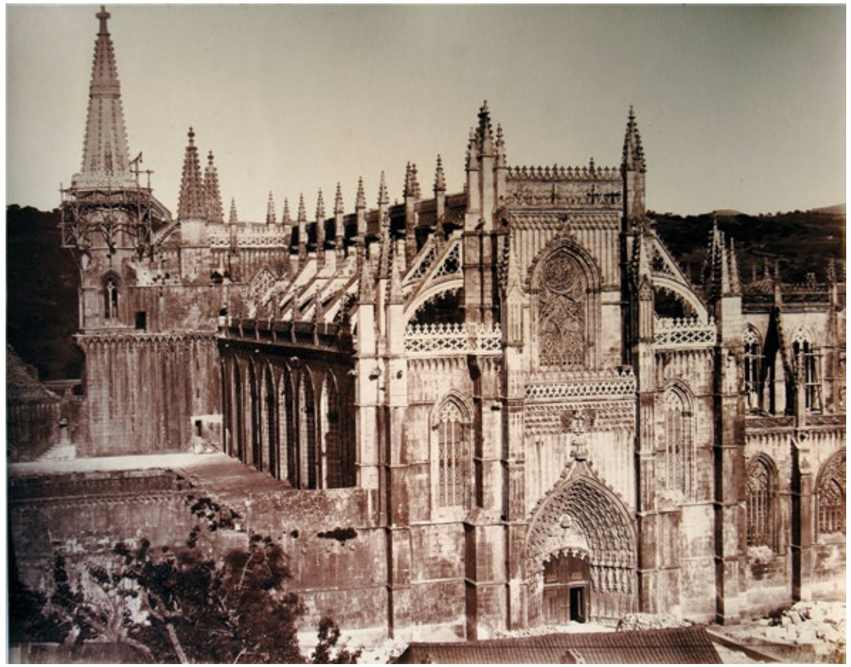
«Este proceso agrupa lo más significante y lo más fútil, los lugares de culto religioso y los de la industria, los testimonios de un pasado secular y los de un pasado todavía reciente. Como si acumulando todos esos logros y todas esas huellas, se quisiera construir una imagen de la identidad humana... Cada nuevo fragmento así incorporado de un pasado lejano o de un pasado inmediato y apenas enfriado, otorga más solidez, precisión y autoridad a la figura narcisista, la vuelve más tranquilizadora y capaz de conjurar la angustia y las incertidumbres actuales.»[3]

Si estos textos dejan constancia de una realidad, un paso más debería conducirnos a una interpretación que aporte explicaciones coherentes de aquel fenómeno que sobrepasa naciones y tiene una repercusión decisiva en las políticas de definición y protección del patrimonio. George Steiner escribe se refiere a alguna de las condiciones de nuestro presente que tocan muy de cerca el corazón de aquellos argumentos. Así se manifiesta Steiner:

«La obsesión por la conservación es paradójicamente determinante para la modernidad. La arqueología, la exhumación, la preservación y restauración del menor signo de vestigio del pasado despierta pasiones. Dos guerras mundiales han demostrado que las culturas son mortales, como dijo Valery, y este descubrimiento ha suscitado una profunda angustia. Es tiempo de inventarios. La memoria debe ser documentada y almacenada antes de que sea demasiado tarde (el crepúsculo de Hegel). En esto interviene un oscuro y escatológico sentimiento, la sensación de final.»[4]

Steiner pasa de constatar, en sintonía con las de los autores antes citados, a una explicación de las causas que pueden estar detrás de aquella insistencia «memorializante». Es en la idea de la «sensación de final» donde residen las claves del texto. Quizá podamos preguntarnos, siguiendo su sugerencia, si acaso aquella mirada hacia el pasado se expresa,

A fotografia dos monumentos em Portugal (1850-1940)



Jorge Custódio
Investigador integrado do IHC.
jmrcustodio@gmail.com

Pedro Aboim
Investigador integrado do IHC
paboim@gmail.com

O presente estudo tem como objetivo analisar quais são as relações entre fotografia e património, de 1850 a 1940, na sequência de sua invenção técnica. Do registo do património arquitetónico construído evoluiu-se para uma espécie de documento do património, e deste para a interpretação e auxiliar de estudos e de restauro arquitetónico e artístico dos monumentos.

←
Mosteiro da Batalha, restauros da fachada principal e da Torre das Cegonhas. Jacques Francem (?). Cerca 1860-1861. ARBAL — Álbum das Vistas Photographicas de Portugal, n.º 13. ANBA — Cota N 537.

Interessa-nos compreender o momento em que a fotografia se afirma como inovação no campo do património, ultrapassando o da expressão artística ou documental, entre 1850 e 1940.

A fotografia tem a sua própria identidade. A sua relação com o património não se encontra adquirida à partida. A construção dessa aliança é um resultado social, diferente na Europa culta e em Portugal, e que marcou os momentos de *take off* do papel da fotografia no património.

Antes do arquivo fotográfico da DGEMN, constituiu-se um arquivo dos monumentos e do património artístico resultante da institucionalização do Conselho de Arte e Arqueologia (CAA), integrado na 1.ª Circunscrição Artística (Lisboa), cujas funções determinavam a classificação, inventário e conservação dos monumentos, a proteção e valorização do património artístico e o restauro de pintura (Custódio, 2011; Borges, 2014). Além da componente administrativa documental, o arquivo dispunha de fundos fotográficos e cartográficos. Resultante da centralização dos arquivos e bibliotecas da Academia de Belas Artes de Lisboa — ARBAL — (1837-1911) e do Conselho dos Monumentos Nacionais — CSMN — (1900-1911), estes fundos permitiram-nos analisar a complexa relação entre fotografia e monumentos, elencada em quatro tempos distintos:

Tempo histórico	Cronologia	Registo fotográfico	Valor da fotografia
Descobertas	1850-1882	Artístico	Subalternização do valor documental
Inventário	1882-1910	Artístico	Valor documental: identidade do inventário
«Culto dos Monumentos»	1900-1932	Documento	Subalternização do valor artístico
Restauros	1892-1940	Documento	Valor científico

A cada tempo, cronologicamente identificado, corresponde um registo fotográfico e um significado que a fotografia adquire.

Tempo das descobertas

Quando a fotografia pretendeu rivalizar com a arte, surgindo como expressão criativa, os monumentos e o seu pitoresco foram encarados como modelos, por serem objetos acessíveis ao registo, pela sua imobilidade, dependendo do fotógrafo o enquadramento e a hora de registo.

Entre as fotografias (positivos em papel) que se encontram no acervo da ANBA, o álbum *Vistas Photographicas de Portugal* constitui um notável conjunto de 60 fotografias realizadas entre c. 1845 e 1867, destinadas à ARBAL, verificável pela chancela. Vários foram os fotógrafos e grande variedade de lugares, técnicas, além da respetiva qualidade intrínseca. Se parte das imagens, como as de Lisboa, se possam atribuir a Fillon ou Rocchini, as restantes apontam vários autores, alguns já identificados, como Vigé & Plessix, Antero Frederico de Seabra, Jacques Francem Wesser, João Victor Pereira Guimarães e Charles Thurston-Thompson. O positivo final permite detetar um impressor (uniformidade da exposição e do suporte fotográfico).

São documentos de um valor patrimonial surpreendente porque legitimam edifícios, trechos urbanos e monumentos com uma anterioridade às fotografias atualmente conhecidas desses sítios (restauro da Torre da Cegonha da Batalha), que fixaram o vandalismo nos monumentos ou os seus efeitos, ou a construção de edifícios notáveis enquanto adaptação de património e renovação (Palácio da Pena). A imagem da fachada norte da Igreja do Convento de Cristo deverá ser a única fotografia que revela as pinturas murais nos nichos do corredor dos confessionários (Rosas, 1995, pp. 118-120).

Estas fotografias ainda não refletem um carácter sistemático patrimonial, pois acrescentam trechos e conjuntos urbanos. Outros fotógrafos, ativos entre 1860 e 1880, revelam que as preocupações com os monumentos pretendiam conciliar qualidade estética com a rentabilização dos clichés, quedando-se a fotografia do monumento pelo efeito do pitoresco e de ilustração. J. C. Robinson, do South Kensington Museum de Londres, percorreu Portugal e Santiago de Compostela com o intuito duplo de estudar os monumentos ibéricos e objetos artísticos. D. Fernando II autorizou-o

↑
Vista geral do exterior antes da intervenção.
Rosmaninho + Azevedo — Arquitectos, 2015.

↑
Fachada principal do hangar centenário antes da intervenção.
Rosmaninho + Azevedo — Arquitectos, 2015.

↑
Fachada principal do hangar norte antes da intervenção, reconstruído após incêndio em agosto de 2009.
Rosmaninho + Azevedo — Arquitectos, 2015.

↑
Interior do hangar centenário antes da intervenção.
Rosmaninho + Azevedo — Arquitectos, 2015.

Centro Interpretativo do Vale do Tua: exercício de memória

Susana Rosmaninho
Pedro Azevedo
Arquitetos

O Centro Interpretativo do Vale do Tua faz parte de um programa mais abrangente ao abrigo das medidas de compensação associadas à construção da barragem de Foz Tua e instala-se em dois antigos armazéns ferroviários que estavam devolutos na estação do Tua. Em lados opostos da linha do Douro, o programa que foi proposto para cada um deles explorou a complementaridade e o carácter próprio de cada construção. Intervir na paisagem impressionante do Douro é um desafio enorme e um grande privilégio. Com esta responsabilidade, desenvolvemos o projeto com a ideia de memória e de transformação sempre presentes, procurando que a leitura dos valores do lugar apontassem pistas para a mudança.
O contexto ferroviário foi também em si mesmo um fator de organização das construções existentes, introduzindo uma leitura longitudinal de todo o conjunto (além de todos os constrangimentos de segurança).

«É necessário mudar para que tudo fique na mesma; mudar para que o essencial permaneça.»[1]

Enquadramento

A oportunidade de criação do Centro Interpretativo do Vale do Tua (CIVT), promovida pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, insere-se como parte de um programa mais abrangente ao abrigo das medidas de compensação associadas à construção do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua. A sua utilidade passa por permitir que os visitantes conheçam a história e transformação do vale, assumindo-se assim como uma das principais portas de entrada naquele território. Para nós, enquanto arquitetos, era muito importante aproveitar esta oportunidade associada a um momento muito impactante em toda a região, como uma hipótese de criar uma referência, uma âncora no desenvolvimento local num pequeno núcleo transmontano.

Para falar de Foz Tua enquanto lugar e território, será necessário referir a construção da linha do Douro no século XIX. Até esse momento, os registos indicam que apenas existiria um pequeno núcleo construído no topo das encostas junto à foz do rio Tua com o Douro. Com a obra de abertura da linha do Douro, a margem direita do respetivo rio foi intervencionada de modo a permitir a criação de uma plataforma estável horizontal, com dimensão suficiente para criar uma estação e permitir o último cruzamento entre comboios antes da estação do Pocinho, já muito próximo de Foz Côa. Esta intervenção de aterro e desaterro estreitou um pouco o leito do Douro e criou uma escarpa de xisto que ainda hoje tem uma enorme presença no lugar.

Associada a esta dinâmica ferroviária, surge depois a Linha do Tua ao longo do percurso do rio — à semelhança de outras linhas como os casos do Tâmega, Corgo e Sabor.

A estação do Tua, quilómetro zero, torna-se assim um importante ponto de confluência de pessoas e mercadorias (principalmente de vinho, azeite e cortiça) de todo o vale do Tua desde Bragança. Os seus cais cobertos são os pontos onde acontecem os transbordos.

Por fim, constata-se que este local é marcado ciclicamente por fortes intervenções infraestruturais à escala do território.

A operação de apeamento de sinos.
Luís Marreiros, 2019.

Palácio Nacional de Mafra: intervenção de reabilitação dos carrilhões e torres sineiras

Luís Marreiros
Arquiteto
Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização da DGPC.

O Palácio Nacional de Mafra é um conjunto arquitetónico barroco único, incluindo um paço real, uma basílica e um convento que foi mandado construir por D. João V para cumprir um voto de sucessão, tendo a construção sido iniciada em 1717. Dada a necessidade bem patente de realizar as intervenções urgentes de recuperação dos dois carrilhões e respetivas estruturas de sustentação e ainda de corrigir intervenções antigas hoje consideradas incorretas, promoveu a Direção-Geral do Património Cultural as ações necessárias à reabilitação das duas torres. A intervenção regeu-se pelo cumprimento dos seguintes valores: autenticidade, bom funcionamento e durabilidade.

A génese dos sinos da basílica do Palácio Nacional de Mafra

No auge do enriquecimento real resultante das explorações dos minérios e de outras riquezas brasileiras, D. João V decide equipar as torres da igreja do seu palácio-convento com dois fabulosos conjuntos sineiros que viriam a ser para sempre inéditos pela sua duplicidade e dimensão. Cada torre iria ter o seu relógio, logo teria de haver dois conjuntos de três sinos de horas, a colocar no nível mais alto dos campanários. O convento iria necessitar também de sinos de bamboar para marcar as rotinas diárias dos monges, assinalar as celebrações religiosas, chamar os fiéis, anunciar funerais, tocar a rebate em caso de algum tipo de emergência. Para tal houve que instalar 11 grandes sinos no nível intermédio das torres. Alguns deles tão grandes que colocá-los em movimento para os fazer soar era em si mesmo um risco de vida para os frades. Por fim, era mandatório que a basílica tivesse dois carrilhões, pois a simetria da arquitetura assim o exigia. Os sinos de horas e os litúrgicos poderiam ser fundidos pelos melhores mestres sineiros portugueses, com as mais ricas decorações em baixo-relevo, mas os carrilhões teriam de ser os mais perfeitos instrumentos musicais e por isso teriam de ser encomendados aos melhores executantes europeus, os flamengos Willelm Witlockx, de Antuérpia, e Nicolau Levache, de Liège.

O projeto de reabilitação da Casa António Patrício, Porto

Joana Leandro Vasconcelos
Arquiteta, Atelier in.vitro
(jlv@atelierinvitro.com)

O Atelier in.vitro[1] desenvolveu o projeto de arquitetura da Casa António Patrício, no Porto, um exemplar construtivo do início do século XX com elevado valor patrimonial. As opções de projeto tiveram como base o respeito e a valorização das preexistências, resultando em mais-valias em termos patrimoniais e financeiros. O presente artigo analisa as várias fases do processo, nomeadamente a avaliação dos elementos construtivos existentes, os pressupostos em fase de projeto e a intervenção de reabilitação. Em consequência da intervenção realizada, com particular respeito pelas preexistências, o projeto foi distinguido com dois prémios relacionados com a reabilitação de património, nomeadamente o Prémio Nuno Teotónio Pereira 2019 e o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2019.

←
Fachada principal antes da intervenção.
Atelier in.vitro, 2016.

Fachada principal com azulejos consolidados e novos caixilhos de madeira.
José Campos Architectural Photography, 2018.

Projeto de reabilitação do edifício da Cerâmica Antiga de Coimbra

Luisa Bebiano
Arquiteta

O edifício da Cerâmica Antiga de Coimbra localiza-se na Baixa da cidade, em zona tampão da área «Universidade de Coimbra — Alta e Sofia», conjunto histórico-cultural, classificado como Património Mundial da UNESCO.
A Cerâmica Antiga de Coimbra é uma fábrica artesanal, considerada a última olaria tradicional de faiança em funcionamento em Portugal. Recentemente, converteu-se em espaço museológico de arqueologia industrial e de restauração, mantendo a sua vertente laboral original.
O edifício, e o espólio que alberga, tem um impacto direto no circuito turístico da cidade de Coimbra e a sua valorização tem como propósito a relação direta entre o fabrico artesanal da faiança e o público, potenciando a sua arqueologia industrial e o turismo cultural.

→
Vista nascente. Eduardo Nascimento, 2018.

↘
Vista nascente. Imagem de Arquivo, 2002.

Identificação do projeto

O edifício da Cerâmica Antiga localiza-se no Largo do Quintal do Prior (Terreiro da Erva), na Baixa da cidade de Coimbra, em zona tampão da área Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, conjunto histórico-cultural, classificado como Património Mundial da UNESCO em 2013.

A Cerâmica Antiga de Coimbra é uma fábrica artesanal, considerada a última olaria tradicional de faiança em funcionamento em Portugal. Recentemente, converteu-se em espaço museológico de arqueologia industrial e de restauração, mantendo a sua vertente laboral original: o fabrico artesanal de faiança. Esta recuperação do imóvel material, e de todo o seu acervo, só foi possível com candidaturas (aprovadas) a fundos europeus e com o trabalho de uma vasta equipa de técnicos especializados nas mais diversas áreas de restauro, museologia, arqueologia, cerâmica, arquitetura, *design* e engenharia.

O restauro da Sala D. João IV do Palácio Nacional da Ajuda

Ana Sofia Lopes
Conservadora-Restauradora de Pintura Mural
Intonaco Conservação e Restauro

José Alberto Ribeiro
Diretor do Palácio Nacional da Ajuda

Graças ao apoio quase total da Fundação Millennium BCP foi possível o restauro de uma das maiores salas do Palácio Nacional da Ajuda, com 170 m², através de um ambicioso projeto de restaurar e devolver a autenticidade integral de uma sala do tempo do rei D. João VI (1767-1826), datada de 1823.
No andar nobre do palácio localizam-se as salas de aparato onde desde sempre se realizaram cerimónias, sendo a Sala D. João IV uma das salas de maiores dimensões e totalmente revestida a pintura. A pintura das paredes é de José da Cunha Taborda e a do teto a partir de desenhos de Domingos Sequeira[6]. Foram executadas, com toda a probabilidade, em 1823. Taborda, na parede poente, retrata o Ato do Juramento Solene de D. João IV, ocorrido a 15 de dezembro de 1640; nas outras coloca uma atenta assistência, constituída pela pequena nobreza, burguesia e povo. Já para o teto foi escolhida uma obra de Sequeira, reproduzindo a *Alegoria da Justiça e da Concórdia*, tela pintada em Roma, em 1794. No centro, o artista pintou a Justiça e a Sabedoria abraçadas, tendo por perto um génio exibindo uma cadeia quebrada. À direita, a Pátria e o Génio Tutelar do Reino repelem duas criaturas maléficas. É evidente a associação que se pretendeu fazer entre a libertação e restauração da Pátria em 1640, levada a cabo por D. João IV, e a ação igualmente libertadora de D. João VI, mas agora em relação aos franceses. Trata-se também, e por isso, de relevar os méritos da Dinastia; e lá se evocam o iniciador da mesma e o representante dela ao tempo. E a ideia da libertação, da quebra da cadeia opressora, está sempre na base do nascer de uma nova era para Portugal.

Aspetos técnicos e materiais

Localizada no piso nobre do Palácio, a Sala D. João IV apresenta planta retangular com cobertura em abóbada de fasquias e está integralmente revestida com pinturas murais. Os alçados enquadram-se numa campanha atribuída ao pintor José da Cunha Taborda e aos seus colaboradores executada em 1823; no alçado poente, a *Aclamação do Rei D. João IV* regista continuidade cénica nos alçados norte e sul onde se encontram representados elementos da pequena nobreza, da burguesia e do povo.

No centro do teto, a *Alegoria da Justiça e da Concórdia*, de Domingos Sequeira, reproduz a tela por ele pintada em Roma alguns anos antes.

Do ponto de vista técnico todas as pinturas foram executadas a seco, sendo possível observar nos alçados, com luz rasante, as juntas que nos dão a conhecer algumas sequências cadenciais da execução.

Estado de conservação

Dada a especial relação da pintura mural, a qual é uma superfície da própria arquitetura, privilegiámos desde o primeiro momento o entendimento alargado do diagnóstico e do estado de conservação também do edificado, num exercício que procurou avaliar os danos numa perspetiva cronológica e das alterações ocorridas Embora o âmbito desde projeto tivesse objetivos muito definidos, centrados no tratamento das pinturas murais e seu suporte imediato (estuque), a visita ao extradorso da abóbada foi considerada sempre essencial na medida em que nos permitiria avaliar entre outros aspetos a estabilidade material do teto, bem como da estrutura em madeira que a suporta.

No entanto, desde a colocação da laje de betão na década de 1970, o acesso aos extradorsos daquele piso encontra-se limitado a pequenos alçapões. No caso desta sala, tal como de constatou mais tarde, a colocação de vigas em ci-

→
Teto, após intervenção. INTONACO, Conservação e Restauro. Sergiy Scheblykin, 2019.

Durante a intervenção foram recolhidas amostras de material de suporte e pigmentos que esperamos venham a ser tratados e a dar-nos algumas respostas, nomeadamente quanto à constituição do suporte: cal e areia apenas ou se também incluirá gesso, qual a natureza dos pigmentos e aglutinantes utilizados.

Quanto aos elementos da técnica que tivemos oportunidade de registar, gostaríamos de destacar o aspeto da transposição do desenho para a superfície mural; em ambos os casos são marcados a pincel, embora nos alçados tenhamos também identificado pontos de *estresido*, em particular nos painéis figurativos.

No teto, a maior transparência da camada cromática deixa a descoberto todo o trabalho preparatório de desenho e marcação que antecedeu a execução da pintura propriamente dita; num primeiro momento, terão sido marcadas as arquiteturas, certamente a partir de modelos à escala, sobre o qual foram apontados e ajustados os enquadramentos e registos iconográficos.

mento e outros elementos, permitem apenas percorrer três quartos da sua área total.

Como estes alçapões constituem aberturas exíguas, foram ponderados vários aspetos que pesaram na decisão de não aceder ao seu interior naquela fase; o possível risco incorrido nesta visita, dada a falta de manutenção e a incógnita quanto ao estado de conservação das madeiras, foram fatores tidos em conta. Desconhecíamos também as alterações resultantes da obra estrutural; apenas se observava muito pó sobre o tardoz.

Assim, dado que na abóbada não se observavam vestígios de infiltrações recentes, à exceção de algumas lacunas, não se notavam alterações de planimetria e não haver qualquer registo de problemas de natureza estrutural na sala contígua — Sala D. João VI —, a qual tinha sido intervencionada em 2013, nada fazia esperar dificuldades acrescidas na intervenção que se iniciava.

OPINIÃO

Museus para um futuro já presente

Sara Barriga Brighenti
Subcomissária do Plano Nacional das Artes e membro
do Grupo de Trabalho para os Museus do Futuro
sarabbarriga@gmail.com

O museu, instituição que tem por finalidade promover o desenvolvimento a partir do conhecimento e da preservação dos patrimónios, tem uma função política inalienável enquanto espaço vocacionado para se relacionar com as pessoas e as comunidades. Através das coleções e dos discursos expositivos, influencia a tomada de posições, a construção de conhecimentos, crenças e valores. O poder que detém é inegável e deve ser exercido de forma assumida, para que permaneça um espaço de confiança, que os indivíduos procuram e defendem. O «museu por vir» pode contribuir estimulando e capacitando os cidadãos para exercerem a atenção e questionarem o mundo muito para além da satisfação e do deleite, pode investi-los do poder de fruir, de criar e de participar.

← **Exposição Borders (coleção arte BEI) Museu do Dinheiro.** Francisco Nogueira, 2014.

↗ **Museu do Dinheiro.** Francisco Nogueira, 2016.

Como antecipar o futuro quando o presente é uma soma de incertezas e impermanências?

Nas últimas décadas, geraram-se alterações profundas e o planeta e as sociedades enfrentam desafios inéditos que resultam de transformações globais, sucessivas, e nem sempre benéficas, nas áreas do clima, ambiente, tecnologias, economia, geopolítica, cultura.

No cenário interconectado e profundamente desigual que caracteriza o arranque da segunda década do século, os museus passam também por uma crise de identidade. Refletem sobre a sua relevância em prol do bem-estar das comunidades e da preservação do planeta, tal como o conhecemos.

A missão por vir

Em 2019, a definição dos museus[1] foi alvo de amplo debate à escala mundial, assinalando a vontade de mudança que melhor identifique as responsabilidades da instituição museológica face às complexidades do século XXI.

Longe de consenso, a definição proposta à discussão[2] na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Quioto[3], «que tinha como objetivo oferecer uma perspetiva crítica sobre a atual definição e apresentar uma definição com abrangência internacional»[4], não é clara, nem concisa, nem abrangente. O teor da definição proposta aspira à expansão da vocação social dos museus e evoca valores como a igualdade, justiça e bem-estar, centrando-se na relevância das relações que os museus estabelecem com o meio, com os indivíduos e com a sociedade.

Apesar das críticas, defender os museus como espaços cívicos é uma forma de combater a centralização do discurso museológico especializado, e distante das realidades, ou, noutro espectro, em torno de narrativas que se apropriam do património para criar visões discriminatórias, incompletas e, no limite, demagógicas. São, aliás, bem conhecidas as consequências da instrumentalização da cultura. Assim, a missão cívica[5] do museu demonstra o valor insubstituível desta «instituição permanente e sem fins lucrativos» em políticas culturais que envolvam os cidadãos, bem como na constituição, preservação e estudo de coleções que respondam às necessidades do presente e do futuro.

Movidos por valores democráticos e por questões relacionadas com a ação política, é cada vez maior o número de museus que se revêm na vontade de «ser(em) relevante(s) para todos»[6].

Ativismo museal

As alterações na retórica e na vocação da instituição denotam a necessidade de privilegiar o bem comum, a

Antiga Ourivesaria Aliança, Rua Garrett, Lisboa.
Cortesia TOUS, 2012.

SOCIEDADE

Lojas com história

Deolinda Folgado
Especialista em património industrial

As lojas com história refletem o dinamismo da sociedade de consumo, indissociável do desenvolvimento industrial. Muitas detinham áreas de fabrico incorporadas, outras eram o «rosto» de algumas fábricas localizadas no país que aí escoavam os seus produtos, testemunhando as novas soluções económicas e de organização industrial e comercial. As lojas com história revelam também novos espaços de sociabilidade ligados às classes emergentes, aos artistas, às novas correntes de ideais, às novas tendências da moda, em suma, simbolizam os hábitos e a mentalidade do seu tempo. Enquanto lugares de venda que integraram um mercado concorrencial, a singularidade dos espaços, a par do desenvolvimento das marcas e da novidade dos produtos, constituíram fatores determinantes para a sua sobrevivência.
Não é de estranhar o desenvolvimento de programas arquitetónicos e decorativos exclusivos, num claro apelo aos sentidos, e que acentuaram o seu valor patrimonial.

SOCIEDADE

With a little help from my friends

Gonçalo Cadilhe
Escritor

←
Ilha da Páscoa.
Gonçalo Cadilhe, fevereiro 2020.

Uma pequena reflexão sobre a complicada e ambivalente relação entre turistas e preservação do património por parte de um cronista de viagens estupefacto com as dimensões que o turismo de massa adquiriu nos últimos anos.

A certificação dos itinerários do Caminho de Santiago

David Ferreira
Presidente da Comissão de Certificação do Caminho de Santiago

O Decreto-Lei n.º 51/2019 é o primeiro diploma legal a ocupar-se do Caminho de Santiago em Portugal e os seus propósitos estão bem expressos no sumário: «Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários.» É possível olhar para esta iniciativa sob múltiplas perspetivas, mas ela tem um significado primário evidente. O tema entrou na esfera do Estado, que lhe reconheceu suficiente relevância pública para justificar uma ordenação jurídica específica. Vamos sintetizar o percurso que levou à publicação do diploma, os seus objetivos e principais características.

Do início

«A tradição, mais ou menos lendária, diz que Tiago anunciou o Evangelho na Península Ibérica. É também com base em tradições de incerto rigor histórico que se afirma que, após o seu martírio em Jerusalém, dois dos seus discípulos trasladaram o seu corpo numa barca para o sepultar na região onde evangelizara. Atravessaram o mar Mediterrâneo, entraram no oceano Atlântico e aportaram na costa da Galiza. Depois de vencidos alguns obstáculos, sepultaram o seu corpo num bosque da região. Mais tarde, durante a ocupação muçulmana (século VIII), ter-se-á perdido o rasto do presumível local onde se encontraria o seu túmulo.»[1]

Entre 820 e 830, o bispo de Iria Flavia, Teodomiro, alertado por um eremita, descobre na floresta de Libredón uma sepultura com três cadáveres, um dos quais com a cabeça cortada e uma epígrafe: «Aqui jaz Jacobus, filho de Zebedeu e Salomé». O cadáver é atribuído ao apóstolo Tiago e o local torna-se imediatamente local de culto e peregrinação, primeiro das Astúrias e da Galiza e depois de toda a Europa[2].

Se a presença de São Tiago no noroeste peninsular é em grande medida matéria de fé, a notícia da (re)descoberta do seu túmulo durante o reinado de Afonso II das Astúrias é um acontecimento histórico que recolhe amplo consenso. Isto é, quer se trate ou não de São Tiago, é seguro que entre 830 e o final da centúria se constituiu em Santiago de Compostela um centro religioso e se consolidou na Cristandade a ideia de que, na ponta ocidental da Europa, jazia uma relíquia de especial valor.

O que nos parece relevante sublinhar é a importância do culto de São Tiago no contexto de uma Europa em processo de construção identitária. O achamento foi prontamente noticiado por Afonso II ao Papa e ao Imperador e desde muito cedo assumido como instrumento de relevo para o fortalecimento ideológico da Reconquista. Os reinos cristãos da península, empenhados numa guerra longa contra o inimigo islâmico, encontraram em Compostela um fator de união, legitimidade e prestígio, que se converteu paulatinamente num ponto de referência de primeira grandeza para a espiritualidade medieval cristã.

No século XII, a peregrinação a Santiago está enraizada e por volta de 1130, o monge francês Aymeric Picaud escreve o *Liber Sancti Iacobi* (*Codex Calixtinus*) que no Livro V descreve já com precisão quatro caminhos que cruzam a França, incluindo os itinerários, igrejas e locais de devoção, sítios para comer e dormir, fontes, rios e mesmo costumes locais.

Para estes caminhos, contudo, convergem muitos outros, formando uma verdadeira «rede de peregrinação» que cobre os quatro cantos da Europa. É uma rede terrestre e marítima, mas é também uma rede de ideias e solidariedade, apoiada por papas e reis através de indulgências, leis de

← **Geira, Campo do Gerês.**
Miguel de Santa-Amatar, 2012.

↗ **Cossourado, Barcelos.**
Miguel de Santa-Amatar, 2012.

SOCIEDADE

Caminhos para a inclusão social: a arte como possibilidade...

Ana Alcoforado
Diretora do Museu Nacional de Machado de Castro

←
Raúl Mendes, 2018.

→
Rita Sousa, 2017.

Em Portugal, nos últimos anos, multiplicam-se estudos e investigações no campo das acessibilidades em museus, desenvolvidos com o objetivo de partilha e discussão de ideias relacionadas com a melhoria do acesso dos públicos, no âmbito das políticas prioritárias traçadas pela agenda europeia. A crescente preocupação com a inclusão e responsabilidade social reflete-se na profunda alteração da sua relação com os diferentes públicos e na implementação de novas abordagens, com a consciência de que a inclusão é uma forma de acolher e partilhar. Reconhecendo a identidade dos museus como lugares de memória e assumindo-se como espaço de referência a cuidar da identidade e da memória coletiva, o Museu Nacional Machado de Castro desenvolve o projeto EU no musEU, uma experiência inclusiva para cuidar de pessoas com demência, cuja memória se acha comprometida. Apresenta-se neste texto a prática sustentada de oito anos deste projeto.

ACONTECE

LIVROS

Coleção «Estudos de Museus»
Novas edições 2020

A Coleção «Estudos de Museus» é uma iniciativa da Direção-Geral do Património Cultural em parceria com a editora Caleidoscópio que, desde 2015, se vem afirmando no panorama editorial português, preenchendo lacunas bibliográficas na área dos museus e da museologia em língua portuguesa. Até ao final de 2019, foram publicados nesta Coleção 17 livros, selecionados a partir de teses de doutoramento pelo respetivo Conselho Editorial. Os títulos incidem em temas tão variados como o colecionismo artístico, a história de museus e de palácios, a mediação cultural, as relações das instituições museológicas com os públicos, os processos museográficos e os avanços tecnológicos. Em 2020, a Coleção alarga-se com a publicação de quatro novos títulos, desta vez, maioritariamente consagrados aos museus de arte. Um dos livros, da autoria de Isabel Falcão, aborda o papel de Diogo de Macedo enquanto diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea, discutindo o seu papel pioneiro e a herança na redefinição do conceito de museu de arte. No domínio da musealização da arte contemporânea, Sofia Ponte encara o desafio de transformar a arte funcional em objeto museal, enquanto Stefanie Franco explora um tema pouco tratado e com uma importância emergente no plano artístico e museológico: os encontros da arte com a loucura em Portugal no século XX. Finalmente, o quarto título, da autoria de Marta Ornelas, tem no seu cerne a relação entre a escola, os jovens e os museus de arte contemporânea. CC

Museu Nacional de Arte Antiga
LUXO ASIÁTICO. Porcelana, Laca e Seda. Do Consumo à Apropriação

Os três grandes produtos do comércio de luxo que marcaram as rotas comerciais entre a Europa e o Oriente a partir de inícios do século XVI — a porcelana, a laca e a seda —foram objeto de uma exposição organizada pelo Museu Nacional de Arte Antiga na «Sala do Teto Pintado», entre setembro de 2019 e janeiro de 2020.
O pequeno catálogo então editado, com o contributo científico de investigadores portugueses e estrangeiros, propõe uma reavaliação desse tráfico mercantil, caracteriza as origens e os padrões das encomendas, a difusão dos artigos sumptuários a partir da corte portuguesa e a extensão do seu uso nos interiores domésticos. A influência que a porcelana chinesa teve na cultura portuguesa merece, nesta obra, uma atenção especial: não só exerceu uma influência decisiva na produção de faiança, que assimilou muitos dos seus modelos ornamentais, como orientou um gosto nascente pelo colecionismo orientalista, bem visível no magnífico teto do Palácio de Santos, composto com mais de duzentas peças, na segunda metade do século XVII, pela família Lencastre, e aqui também objeto de estudo. MS

Museu Nacional de Arte Antiga
ALVARO PIREZ D'ÉVORA. Um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento

Editado pelo Museu Nacional de Arte Antiga, em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, o catálogo da exposição dedicada ao pintor Alvaro Pirez d'Évora, e que no Museu esteve patente entre novembro de 2019 e março de 2020, é o resultado de um trabalho sistemático de investigação, não deixando, também de lançar um olhar renovado sobre a produção pictórica toscana entre os séculos XIV e XV. Além da definição de um *corpus* coerente de peças de sua autoria e da respetiva caracterização estilística no âmbito da cultura artística do tardo-gótico mediterrânico, os estudos aqui desenvolvidos tentam esclarecer as ligações criativas que manteve com outros artistas seus contemporâneos, a partir da oficina que manteve em Pisa, sobretudo, embora se conheçam trabalhos seus em muitas cidades do aro regional pisano. Dados documentais inéditos, novas propostas de autoria e o confronto com obras dos mais relevantes pintores do seu tempo tornam este catálogo, editado em versões portuguesa e inglesa, um importante contributo científico para a história da arte europeia do fim da Idade Média. MS

Museu Monográfico de Conimbriga — Museu Nacional
As sete vidas de Conimbriga na edição de julho 2019 da *National Geographic Portugal*

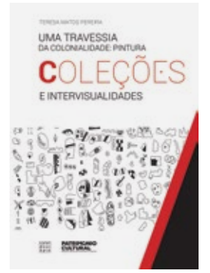
O artigo aborda diversos aspetos relacionados com a história daquela que é considerada a cidade romana melhor conhecida e preservada do território português. Apresenta uma sinopse sobre a investigação arqueológica desenvolvida em Conimbriga, iniciada de forma incipiente ainda no último quartel do século XIX, retomada de forma intensa a partir da década de 30 do século XX graças à iniciativa de Vergílio Correia e ao envolvimento da DGEMN e continuada pelas Escavações Luso-Francesas, realizadas entre 1963 e 1971, na sequência das quais se produziu a primeira síntese histórica sobe a evolução da cidade. Esta intervenção, além de um profundo impacto na prática arqueológica portuguesa e na formação de sucessivas gerações de arqueólogos, consolidou o prestígio de Conimbriga aquém e além-fronteiras. Particular atenção foi concedida à evolução histórica de Conimbriga desde o período do Bronze Final aos finais da Alta Idade Média. Embora os dados arqueológicos mais relevantes conhecidos remetam para o período romano, que parece corresponder ao apogeu do núcleo urbano (alcançado em finais do século I e no século II d. C.), as ocupações posteriores (suévica, visigótica e islâmica) são igualmente abordadas tendo-se assistido a um aumento recente da sua relevância, muito por influência dos trabalhos de investigação realizados nas últimas duas décadas. Foi igualmente merecedora de destaque a importância do trabalho de Conservação e Restauro desenvolvido pela equipa do Museu. Na sessão de apresentação participaram a Diretora-Geral do Património Cultural (DGPC), Paula Araújo da Silva, o Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, José Ruivo, e o Diretor da *National Geographic Portugal*, Gonçalo Pereira. JR

Panteão Nacional
A Igreja de Santa Engrácia no Campo de Santa Clara: os tempos do lugar

Assinalando os 450 anos da criação da freguesia de Santa Engrácia por iniciativa da Infanta D. Maria, a quem se deve igualmente a construção da primitiva igreja de Santa Engrácia, o Panteão Nacional organizou a exposição *A Igreja de Santa Engrácia no Campo de Santa Clara: os tempos do lugar*, de cujo trabalho de investigação resultou a presente publicação. Esta edição é profusamente ilustrada, incluindo mapas, gravuras e desenhos de época e inúmeras fotografias. Integra artigos de Clara Moura Soares, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, comissária da Exposição e coordenadora do livro, e da professora Amélia Dionísio, do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.
O Campo de Santa Clara, que deve o seu nome ao convento de monjas clarissas aí fundado em meados do século XVI, foi palco de numerosos acontecimentos que marcaram a sua história e a sua evolução urbanística, convertendo-o de uma zona escassamente povoada no local de eleição para residências de distintas famílias e importantes edifícios civis e militares que ainda hoje o caracterizam. Esta publicação está à venda na loja do Panteão e nas restantes lojas da Direção-Geral do Património Cultural. IM

Revista *Monumentos*
37

Apresentada ao público em novembro de 2019, na Sala do Noviciado do Convento de Cristo, em Tomar, a revista *Monumentos* comemorou, com este número 37, os seus 25 anos de edição. Quando, em setembro de 1994, iniciou a sua publicação propunha-se constituir, no dizer do seu então diretor, engenheiro Vasco Martins Costa, «[...] um reflexo, pretendido visível, de renovação permanente [...]». É, justamente, este poder de constantemente se inovar e de acompanhar o que de novo vai surgindo no panorama do conhecimento sobre o património construído e as artes aplicadas a razão de ser da sua longevidade e da aceitação que desde cedo granjeou, e que tem sabido manter, na comunidade científica. Em 2019, a revista *Monumentos* dedica o *Dossiê* do seu número 37, ao *Convento de Cristo e a cidade de Tomar*, com um número particularmente extenso e denso, constituído por três grandes núcleos de textos, um primeiro que acompanha a evolução urbana tomarense desde a sua génese medieval à contemporaneidade; um segundo que aborda, a partir de investigação nova, as medievais igrejas de São João Batista e Santa Maria do Olival, em Tomar, e, no seu entorno, os templos de construção renascentista; e um terceiro e mais vasto, reservado ao Convento de Cristo, propondo-se uma nova leitura para o seu ícone maior — a janela do coro —, observando-se à luz da nova documentação a construção do «Convento Novo», detendo-se sobre essa obra maior do renascimento em Portugal, que é o Claustro Principal, sem deixar de parte a belíssima charola, «obra de arte total» dos períodos manuelino e filipino. Recentes escavações arqueológicas realizadas no laranjal do convento, e cujos resultados preliminares aqui se publicam, trazem novidades sobre a ocupação da vila intramuros medieval. O número não deixa de lembrar o aqueduto filipino de abastecimento do convento, aqui apresentado em toda a sua extensão. É, igualmente, apresentado um roteiro pela arquitetura tomarense de novecentos, assim como as recentes intervenções na Levada e na Sinagoga, terminando com o museu que guarda a coleção particular do nome maior da História da Arte em Portugal, José-Augusto França. Completa o número um texto sobre o sítio arqueológico da Quinta do Almaraz, em Almada, um povoado de fundação fenícia às portas de Lisboa. A publicação conta, ainda, com as habituais rubricas *Inventário do Património Arquitetónico*, *Intervenções no Património e Publicações*. PT



Coleção «Estudos de Museus»
Novas edições 2020

Museu Nacional de Arte Antiga
LUXO ASIÁTICO. Porcelana, Laca e Seda. Do Consumo à Apropriação

Museu Monográfico de Conimbriga — Museu Nacional
As sete vidas de Conimbriga na edição de julho 2019 da *National Geographic Portugal*

Revista *Monumentos* 37
Coleção «Identidades, Pronomes e Emoções. As Regras do Retrato»

page 6
From city to territory. Heritage
Alexandre Alves Costa

No matter how well or badly they perform, architects have been the main agents in the treatment and transformation of heritage assets. However, their fundamental contribution seems to have done little for them to take advantage of the theoretical and conceptual heritage consolidation required.
Therefore, let us move on from broad speeches of "good intentions", often associated with a widespread attitude of resistance to change and consequent discomfort.
We stand on the other side of latent conservative tendencies of so many 'heritage defenders' and fail to see the forefront of indignation caused by unrestrained speculation or the economic system that favours it.
Ruins can witness a general flow of time, never a stop or brake in the construction of a city that is always re-built on sediments from the past. We will defend the sacred memory of places by giving them new life; and will attempt to avoid, with equal enthusiasm, the poor quality of architecture built outside heritage protected area.

page 14
Territorial Heritage? What is it?
Álvaro Domingues

It is impossible to stabilise the relationship between heritage and territory as none of these concepts has clear boundaries; this pathway can easily lead to a labyrinth.
Heritage has to do with diversity and fragmentation.
Everything can be heritage, from gastronomy to digital information but, if we wish to include this whole diversity in common formats, it quickly becomes clear that there are limits to it and difficulty in regulating the excess. The centrality of the State leads to its fragility, to the proliferation of heritage-related social groups and a tendency to transform heritage into a commodity and a tourist resource.
Territory is everything, container and content, but it is also the place where things are located or where they take place.
Territorialising heritage could mean building a better balance in asset management, breaking isolationism and working on networks of proximity and institutional diversity.

page 22
Urban cultural heritage seen through the landscape concept
Walter Rossa

With a focus on the Portuguese reality, this essay examines the main concepts and risks faced by urban cultural heritage. By resorting to the landscape concept, this approach highlights the specificity of such heritage considering in particular its living and evolutionary matrix, which is at the same time its main strength and its largest weakness. In addition, a brief reference is made to the fact that the Portuguese legal framework revoked during the past decade the only means to safeguard urban heritage, i.e. planning processes. Finally, attention is drawn to a method based on the concept of invariant that, once planning has been resumed, could be a solid base for setting up such indispensable urban planning instruments.

page 30
Cultural heritage and local development strategies in Portugal
Elisa Pérez Babo

A more structured approach to local strategic planning for public intervention in cultural heritage in Portugal has followed a path that partly keeps up with the opportunities explored by the municipalities in the international context. UNESCO and the European Commission, through initiatives targeted at cultural heritage and culture (World Heritage List, Creative Cities Network and European Capitals of Culture), have become significant driving forces of the conceptual, methodological and policy developments taken up by the local authorities in recent decades.
This article proposes to highlight various aspects of local or regional strategies development by recognising and attributing to culture and cultural heritage a space and a driving role for sustainable development.

page 38
Heritage, city, and Architecture: contemporary goals
Teresa Cunha Ferreira and José Aguiar

With globalisation, heritage (as a support of identity and memory) has come to mean both comfort and refuge, as well as an act of consumption. In this article, we perceive heritage in the broad, prospective, and contemporary sense of the term — and in close relationship with communities and territorial resources. In this manner, we overcome narcissistic, fetishist or nostalgic approaches exalting self-enclosed iconic objects (consumer scenarios or theme parks). Without presuming to create recipes for contemporary building intervention, we present some notes on architectural and urban heritage concepts, methodologies and project practices.

page 46
Post-industrial dégradés in Eastern Porto — upgrades, degradations, reconversions, demolitions and other solutions
Inês Moreira

Deindustrialisation caused a strong impact on cities that grew up around industry. With socio-economic, spatial and cultural implications, industrial dismantling accelerated degradation and raised the need for economic, social and spatial rehabilitation while giving a new meaning to collective imagination. How to reinvent these areas? Take a look at post-industrial spaces in Eastern Porto, a bourgeois city that has not been very assertive about its industrial inheritance. It experiments a *dégradé* of different situations combining renowned architectural projects with anonymous occupations, run-down areas, recent demolitions, and also a number of artistic focuses on the built environment. Far from suggesting new systemic solutions, Porto's post-industrial architecture is being re-invented in gradations of interest (and lack of interest) which have, for the time being, paid very little attention to heritage issues.

page 56
Museums that (re) build landscapes
Helena Barranha

Historically, museum architecture has always been linked to heritage rehabilitation in Portugal. However, the process by which appropriation of pre-existing structures takes place has evolved over time just as the concept of heritage has itself changed and expanded. New typologies, new frameworks and new functions have therefore led to other projects. After a period of major work campaigns in some of the main national museums, the turn of the 21st century has seen an expansion of the geographical scope of heritage interventions, which has created new reference points in the territory. In many cases, the architectural programme and proposal have converged to the landscape theme, thereby re-designing places that are today flagged and reinterpreted by digital mappings.

page 66
World Heritage, historic centres, and cultural landscapes: impacts of inscriptions on the World Heritage List on cities and territory
Nuno Ribeiro Lopes

If until recently we continually looked back into the past, today, we can monitor the present and envision the future. It is up to us to build the right strategy, and to monitor and correct it whenever deviations occur, as a consequence (or not) of this world that never ceases to amaze us.
It is not enough to say that we have all the documents, that we have fulfilled all our obligations, that everything is resolved. We should go beyond that and be attentive and available to listen to others and always improve ourselves. Let us network with each other and share, not only our successes, but also and especially our anguishes and defeats. Let us be humble and true. We are mere passengers on this endless journey.

page 72
Landscape, cultural heritage, and spatial planning and management
Rita Theriaga Gonçalves

This article focuses on the meanings of landscape, landscape heritage, cultural landscape and cultural values and their application in spatial planning and cultural heritage legislation. It also aims to analyse the effects and procedures resulting from applying this legislation to the landscape, particularly to their cultural value.

page 80
Archaeology and museums, rehabilitation and territory: the Mértola case
Santiago Macias

Set up more than four decades ago, the Mértola project remains an emblematic example of a search for alternative paths to development. It has now become clear that archaeology alone is not the key to development; just as it is evident that projects such as this one are indispensable for development and can change forever the future prospects of a site. This can be done in a way that is not always quantifiable, but with impacts that go beyond the excavation work itself.
The Mértola project was set up as a negative response to "colonial" archaeology. It was launched in 1978 when the Alentejo region was very different from what it is today. The challenge now is to carry on, in a narrow path. From yesterday to today.

page 88
A flavour of our time
Celestino García Braña

Noting the indiscriminate increase of places showing all kinds of traces from the past is the starting point for reflection on the causes that might be behind that phenomenon. This will be followed by an effort to understand the idiosyncrasies of rememorisation. Given also the indiscriminate proliferation of museums, we suggest participation in networks sharing common goals so as to overcome desegregation and biased views which ultimately result in the waste of both resources and efforts. This could be achieved by what we call 'Territory Museums'. It would be an enthusiastic collective effort bearing in mind the double edge of memory and also what we wish to remember and, at the same time, what we are willing to forget.

page 94
The early days of monument photography in Portugal (1850-1940). Scientific and archival evidence
Jorge Custódio and Pedro Aboim

This study aims to analyse the relationship between photography and heritage between 1850 and 1940, following its technical invention. Records of built heritage have evolved from a simple register to a document, and on to the interpretation and assistance in artistic heritage studies and restoration.

page 106
The Tua Interpretive Centre: memory exercise
Susana Rosmaninho and Pedro Azevedo

The Tua Valley Interpretive Centre is part of a more comprehensive programme of compensation measures to offset the construction of the Foz Tua dam. It is located in two vacant former railway warehouses of the Tua station on opposite sides of the Douro River. The programme proposed for each warehouse explored their complementarity and the nature of each construction.
Intervening in the impressive landscape of the Douro River is both a huge challenge and a great privilege. We developed this project bearing in mind the idea of memory and transformation, in an endeavour to find clues for change on the site itself. In addition to considering all safety constraints, the railway context was also a key factor for organising extant constructions, as it introduced a longitudinal reading of the whole compound.

page 114
National Palace of Mafra: rehabilitation of the carillons and bell towers
Luís Marreiros

The National Palace of Mafra is a unique Baroque architectural complex, including a royal palace, a basilica and a convent. Construction began in 1717 and was commissioned by King D. João V to fulfil a vote of succession. In view of the urgent need to carry out rehabilitation of its two carillons and their supporting structures, and to rectify incorrect past interventions, the Directorate-General for Cultural Heritage (DGPC) promoted rehabilitation of the two towers. The intervention was aimed at ensuring authenticity, proper functioning and durability. On the basis of these objectives, a restricted tender preceded by pre-qualification was issued and internationally advertised. The contract was awarded to the company Augusto de Oliveira Ferreira, Lda. for implementation between May 2018 and December 2019. All 119 bells were restored, and particular attention is given to the restoration of the Southern Tower carillon, which is fully operating. The work also included conservation of the towers' stonework and existing wooden structures.

page 122
Rehabilitation project for Casa António Patrício, Porto
Joana Leandro Vasconcelos

Studio in.vitro was responsible for developing the architectural project for Casa António Patrício in Porto, an early-twentieth-century building specimen with a high heritage value. Project options prioritised respect for and enhancement of extant structures in order to obtain heritage and financial gains. This article analyses the various stages of this process, including assessment of existing constructive elements, project assumptions and rehabilitation. As the intervention had due regard to extant structures, the project received two heritage rehabilitation awards, namely the Nuno Teotónio Pereira Prize 2019 and the National Prize for Urban Rehabilitation 2019.

page 130
Rehabilitating Coimbra's old ceramics building
Luisa Bebiano

The building housing the Old Ceramics of Coimbra is located in the lower part of the city, within the buffer zone of the 'University of Coimbra – Alta and Sofia', a historical and cultural complex inscribed on UNESCO's World Heritage List. The Old Ceramics of Coimbra is apparently the only traditional earthenware factory still operating in Portugal. It has recently been converted into an industrial archaeology museum with an eating area while retaining its original use. The building and its collection have a direct impact on Coimbra's tourism routes. Consequently, its enhancement will affect the direct link between a traditional earthenware factory and the public by boosting industrial archaeology and cultural tourism.

page 138
Restoration of the King João IV Hall at the National Palace of Ajuda
Ana Sofia Lopes and José Alberto Ribeiro

With almost total funding from the Millennium BCP Foundation, it was possible to refurbish one of the largest halls of the National Palace of Ajuda, with 170 m², through an ambitious project aimed at restoring the full authenticity of a hall from the time of King João VI (1767-1826), dating from 1823.

page 146
Museums for a future that is already present
Sara Brighenti

The museum, an institution that aims to promote development from heritage knowledge and preservation, has an inalienable political mission as a space committed to connecting with people and communities. Through its collections and exhibition narratives, it influences decision making and building of knowledge, beliefs and values. The power it holds is undeniable and should be exercised consistently so that it remains a space of trust that individuals seek and defend. The future museum can encourage and empower citizens to be attentive and question the world. Far beyond providing satisfaction and pleasure, it can invest them with power to enjoy, create and participate.

page 154
Shops with history
Deolinda Folgado

Shops with history epitomise the dynamics of the consumer society, being inseparable from industrial development. They either had manufacturing facilities on their premises or were simply the "face" of factories located elsewhere, thereby witnessing the new economic, industrial, and commercial organisation solutions. Shops with history also expose new spaces of sociability for emerging classes, artists, new ideals, and new fashion trends; in short, they symbolise the habits and the mentality of their time. As retail shops in a competitive market, they managed to survive due to key factors such as unique spaces, brand development and novel products. Exclusive architectural and decorative programmes, in a clear appeal to the senses, also enhanced their heritage value.

page 162
With a little help from my friends
Gonçalo Cadilhe

This article is a brief reflection on the complicated and ambivalent relationship between tourists and heritage preservation by a travel writer stunned by mass tourism expansion in recent years.

page 172
Certification of the Way of Santiago itineraries
David Ferreira

Decree-Law 51/2019 is the first legal provision to deal with the Way of Santiago in Portugal. Its purposes are well expressed in the summary: *it regulates the enhancement and promotion of the Ways of Santiago by certifying its itineraries*. It is possible to look at this initiative from multiple perspectives, but it has an evident primary meaning. The theme entered the sphere of the State, which recognised it sufficient public relevance to justify a specific legislation. Let us summarise the process that led to the publication of the diploma and explain its objectives and main characteristics.

page 182
Pathways to social inclusion: art as a possibility...
Ana Alcoforado

In recent years, studies and research on museum accessibility have multiplied in Portugal. They have been aimed at sharing and discussing ideas on how to improve public access, according to the priority policies outlined by the European agenda. The growing concern for inclusion and social responsibility can be seen in the major change in the relationship between museums and their audiences as well as in the implementation of new approaches, based on the awareness that inclusion is a way of welcoming and sharing. By recognising the identity of museums as places of memory that uphold collective identity and memory, the Machado de Castro National Museum is developing the project *EU no musEU*, an inclusive experience to take care of people with dementia, whose memory is compromised. This article presents the sustained 8-year practice of this project.

PATRIMÓNIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

IMPRENSA NACIONAL

9 772182 933001 07